

O MEIO-AMBIENTE, A URBANIZAÇÃO E A PREVENÇÃO DOS CONFLITOS NO BRASIL: OS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA INTERAMERICANO: O JUDICIÁRIO E O VOLUNTARIADO.

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
*Ministro do Superior Tribunal de Justiça
e Professor universitário.*

1.Necessidade da tutela ambiental

A sobrevivência da espécie humana e sua qualidade de vida dependem de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem aponta a Constituição da República Federativa do Brasil, que, em seu artigo 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A degradação ambiental coloca em risco direto a vida e a saúde das pessoas, individual e coletivamente consideradas, bem como a própria perpetuação da espécie humana. Basta lembrar os efeitos radioativos de poluição ambiental, com potencialidade a causar danos genéticos com propagação e generalização a ameaçar as condições de procriação.

Destarte, indispensável se faz a tutela do ambiente como bem comum e supraindividual, razão pela qual tem a sua sustentabilidade merecida preocupação e atenção de toda a humanidade.

2.Consumo e ambiente: desenvolvimento e degradação

As relações de consumo, no decorrer do tempo, têm se desenvolvido e o consumidor, como parte mais vulnerável e exposta às atividades massificadas, vem merecendo uma tutela mais eficaz, inclusive pela legislação, o que tem contribuído para restringir práticas comerciais abusivas e o fornecimento de produtos e serviços nocivos.



Com a globalização, ainda mais produtos e serviços se tornaram disponíveis aos consumidores.

Pode-se afirmar, entretanto, que o consumo evoluiu e a situação dos consumidores está melhor.

Já em caminho inverso se encontra a preservação do meio-ambiente. É contínua sua degradação, pela urbanização descontrolada, desmatamento de florestas, poluição do solo, ar e água e perda de biodiversidade, com destruição de ecossistemas para uso do solo em atividades não sustentáveis e degradadoras.

Por seu turno, tem-se ainda como tímida a legislação a tutelar o meio-ambiente.

Se é bom que tenha melhorado a situação dos consumidores, preocupante é a degradação do meio em que vivemos, sabido que os problemas ambientais são resultado da má gestão e utilização desenfreada dos recursos naturais.

O consumo, todavia, pode gerar degradação ambiental por duas vias: pela produção e pelo consumo em si, do produto ou serviço.

3.Degradação pela atividade produtiva. Desenvolvimento quantitativo. Desenvolvimento qualitativo

A produção, se desenfreada e com mau uso dos recursos, degrada agindo sobre os recursos da natureza, através da poluição ambiental.

Vem à baila a questão do desenvolvimento e da sustentação do meio-ambiente como se fossem antagônicos. Ou seja: para uns, a proteção do ambiente é um entrave à produção, ao desenvolvimento, ao crescimento dos países. Há que estagnar-se para tutelar o ambiente;

doutro lado, para crescer, há que degradar. Inexiste, no entanto, antagonismo entre a tutela do ambiente e o desenvolvimento. Isso porque o desenvolvimento não há de ser meramente quantitativo (crescimento a qualquer custo) mas, sim, um autêntico desenvolvimento qualitativo (crescimento com qualidade de vida, pelo que indispensável um ambiente ecologicamente equilibrado). Impõe-se, assim, um desenvolvimento sustentável, duradouro, a permanecer para as futuras gerações.

4.Degradação pelo consumidor. Sustentabilidade do consumo

A lógica predominante é a de que o crescimento econômico é essencial e que o aumento do consumo tende a gerar tal desenvolvimento, trazendo satisfação aos consumidores e riqueza aos produtores, com aumento de empregos. Destacados por fortes apelos publicitários, cada vez mais e mais produtos são oferecidos; novos, mais modernos e sofisticados, substituem os anteriores, tornados obsoletos por vezes com pouco tempo de uso. É o consumo de massa, cada vez mais intensificado pela era da chamada globalização.

Muitos produtos, não perecíveis, de longo processo de deterioração, são jogados na natureza. Os lixos e resíduos ampliam-se, degradando o ambiente.

Daí a necessidade de buscar-se um modelo de consumo que menos degrade, impondo-se discutir o que os consumidores precisam efetivamente (para bem) consumir. Por exemplo, se são indispensáveis veículos tão sofisticados, com potencialidade muito acima das velocidades permitidas nas vias públicas?

5.Busca de soluções. Atuação no campo da produção e do consumo

O poder dos consumidores é mais retórico que real. Isso porque, na sociedade da globalização, da informação publicitária e da massificação do consumo, a capacidade de influir no processo produtivo (de seleção do que deve ser produzido) é extremamente limitada, para não dizer inexistente.

Todavia, os grandes degradadores, os maiores poluidores, que são os conglomerados multinacionais, constituíram seu poderio e degradam graças ao consumo cada vez maior que decorre da conduta dos consumidores individuais.

Em duas frentes há que buscar-se iniciativas tendentes a reverter ou diminuir a degradação ambiental, promovendo a sustentabilidade do ambiente e a racionalização do consumo: no setor da produção e no do consumo dos produtos.

O maior impacto sobre o ambiente provém da atividade produtiva utilizada sem sustentabilidade, tornando imperioso o desestímulo à produção degradadora, impondo-se, outrossim, a busca da conscientização do consumidor, de modo a educá-lo para um consumo sustentável.

Não é fácil uma atuação concreta e efetiva nos dois campos.

É necessário desestimular, até impedir, conforme o grau de potencialidade ofensiva ao ambiente, a produção degradadora, bem como orientar o consumo sustentável, como já destacado. Estas são algumas das sugestões:

a) efetivação do princípio “poluidor-pagador”, através de pesada tributação às atividades degradadoras, a par da indenização do dano causado;

b) proibição de atividades degradadoras (não basta a pesada

tributação, para que não se caia no perigoso (e danoso) “pague e polua”;

c) incentivos fiscais às atividades não ofensivas ao meio-ambiente;

d) influenciar o processo legislativo, com legislação visando à proteção civil e penal ao meio-ambiente;

e) educação ao consumo sustentável e à tutela do ambiente.

6. Formação ao consumo sustentável e à tutela do ambiente

O caminho à sustentabilidade do meio-ambiente passa, indubitavelmente, pela educação, capaz de influir e formar a conscientização pela precaução e tutela do ambiente, impondo-se, outrossim, agir junto à sociedade organizada, ao poder público constituído, às associações civis e aos educandários.

Relevante contribuição pode ser proporcionada, por exemplo, pelas Escolas da Magistratura, seja buscando concorrer à elaboração legislativa, seja na formação dos operadores do Direito, sabido que, em outras áreas (na do processo civil e do processo penal) tem contribuído a Escola Nacional da Magistratura na reforma da legislação. No tocante ao consumo e ao meio ambiente, como lembra **Eládio Leccey**, algum trabalho também já tem sido feito, através de atuação conjunta da Escola com outras entidades, como o “Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor”- BRASILCON e o Instituto “Direito por um planeta verde”, promovendo cursos e seminários de Direito do Consumidor e de Direito Ambiental para magistrados, agentes do Ministério Público e carreiras jurídicas em geral.

A diminuição, a reversão de atividades degradadoras, seja a produção, seja o consumo sem sustentabilidade, podem ser alcançadas

pelo uso do Direito, pela educação e pela atuação junto à sociedade organizada e influenciadora do poder constituído, gerando frutos na busca de proporcionar uma efetiva tutela do meio-ambiente, que não é somente nosso, mas também das futuras gerações.

7. O meio-ambiente e o Voluntariado

A globalização tende a estar associada com um consumo mais largo e desmedido dos recursos ambientais, aumentando as já existentes pressões sobre a limitada base de recursos materiais. De que maneira podem os Voluntários ajudar iniciativas que diminuam ou revertam a degradação ambiental, ajudar a assegurar a existência de alimentos e promover a sustentabilidade de um meio ambiente humano favorável?

Os homens, contaminados de egoísmo, utilizam-se do ambiente como um supermercado gratuito. De tudo se apossam e não cuidam da reposição. E não há *refill* para uma natureza que se esgota rapidamente.

O Voluntariado poderia contribuir mediante campanhas promocionais e formação de pequenos grupos de vigilantes do ambiente ou de amigos da natureza. Grupos encarregados de estimular iniciativas como: a) economia dos recursos – energia e água, principalmente; b) reposição dos vegetais abatidos; c) formação de nichos ecológicos na cidade e na zona rural; d) estímulo à proliferação animal, principalmente pássaros; e) incentivo à modicidade no dispêndio de tudo o que provém da natureza, de que é exemplo clássico o uso do papel, elaborado com pasta de árvores; f) necessidade da reciclagem; g) aproveitamento racional dos detritos; h) conhecimento adequado do problema do lixo – material aproveitável, possibilidade de redução de sua quantidade, a questão do lugar destinado ao monturo. Problemas que uma educação ambiental pode, se não resolver, ao menos dele alertar, motivando rumo

às alternativas de tratamento racional.

A preservação do ambiente passa pelo combate ao hedonismo, à luta contra o egoísmo. É necessário alertar o ser humano de que ele é mero detentor provisório de um patrimônio que a Constituição brasileira já declarou pertencer às futuras gerações.

8.A urbanização e o Voluntariado

O rápido crescimento da população nas cidades por todo o mundo freqüentemente provoca um acentuado aumento dos problemas de marginalização social e falta de oportunidades de emprego, crimes violentos e abuso de drogas. Meninos de rua e *gangs* de adolescentes são apenas duas das manifestações deste fenômeno. Como podem os Voluntários – incluindo os Voluntários da ONU – chegar até esses grupos marginalizados, apoiar as iniciativas das autoridades municipais e organizações particulares por uma vida melhor nas cidades e ajudá-los a formar elos de ligação com outros segmentos da sociedade?

“A cidade deixou de ser um lugar de socialização para se tornar um lugar de dessocialização” (**Paul Virilio**, urbanista francês, sobre a vida das megalópoles, “Folha de São Paulo”, 28.9.1997).

O Voluntariado deve investir na ressocialização do *homo urbanus*. O problema fundamental dos Estados de desenvolvimento heterogêneo, adverte **José Renato Nalini**, é a educação. Somente a educação garantirá o resgate dos excluídos no terceiro mundo. E educação não formal, não ministrada na escola, mas concebida como instrumento de ensinar a aprender. Grupos voluntários podem contribuir para a transmissão de noções básicas de cidadania, civismo, tolerância, solidariedade e, mesmo, habilidades. Existe uma legião de jovens sem perspectiva de futuro, ocupando áreas deterioradas das grandes cidades.

Esses jovens poderiam ser treinados para a área de serviços, inclusive no turismo.

A transmissão do conhecimento pode ser tarefa exercitada por Voluntários. Não por acaso, **Moreira Neto** assinalou que "(...) os recursos básicos das economias deixam de ser o capital, a terra e o trabalho, como no ensinamento da economia clássica, para ser o conhecimento: o seu acesso e a capacidade de utilizá-lo na produção, transformação, circulação, distribuição e consumo de riquezas nas sociedades contemporâneas, em rápida transformação. Assim, a Revolução das Comunicações, abrindo-nos a Era do Conhecimento, define um novo tipo de cultura, já antecipada por **Peter Drucker** como a sociedade pós-capitalista, em que a superação do saber sobre o ter se refletirá profundamente sobre o homem e suas instituições" (*Mercosul – Minilateralismo e Metaconstitucionalismo*, in Revista de Informação Legislativa, Brasília, a.32, nº 128, out/dez 1995, p. 21).

Grupos voluntários poderão partilhar experiências bem sucedidas em outras megalópoles para ajudar a impedir o esgarçamento das relações sociais, mediante estímulo à intensificação das relações pessoais baseadas no respeito, na cordialidade, na intrínseca necessidade de os seres humanos conviverem para poderem se auto-realizar. É necessário combater o fenômeno da hiperdensificação, responsável pela edificação de muralha mais intensa do que o muro de Berlim, entre uma parte das cidades sedentarizada e presa em seus *bunkers* e outra nômade, na usina da violência e da desagregação.

Uma iniciativa aparentemente viável – embora de aparência utópica – seria a do treinamento cívico setorizado – em que os jovens seriam conscientizados para: a) a ressurreição do amor filial e fraternal; b) o cultivo da amizade; c) a preservação da História (conhecer a rua, o quarteirão, o bairro, os monumentos e pontos característicos nas

imediações); d) o prazer e a necessidade do passeio e da caminhada; e) a descoberta do outro, no respeito às diferenças individuais, mas no reconhecimento da dignidade substancial de que é titular toda criatura humana. Enfim, para a construção da paz urbana.

O principal problema da megalópole é a falta de segurança, equivalente da falta de paz. Não se poderá multiplicar o número dos policiais até o infinito. Mas uma revolução de consciência poderá fazer de cada ser urbano o garantidor da própria tranquilidade e zelador da tranquilidade alheia.

Campanhas de humanização da cidade, como a da melhoria do trânsito, em Brasília, com excelente resultado, podem ser estimuladas por Voluntários. Como a de fazer com que cada pessoa seja despertada para tirar o outro da solidão, para cultivar um vegetal, alimentar um pássaro ou cuidar de um cão abandonado. O retorno à singeleza, à importância das origens e das raízes, o estímulo à construção de uma cadeia de solidariedade que afaste o fantasma do caos e da catástrofe.

9. A violência-urbana e rural e a prevenção dos conflitos. Os direitos humanos.

É necessário antecipar-se aos conflitos.

O conceito de prevenção não pode desvincular-se da gênese dos conflitos, isto é, reclama uma intervenção dinâmica e positiva que neutralize suas raízes, suas causas. A prevenção deve ser contemplada como prevenção social, isto é, como mobilização de todos os setores comunitários para enfrentar solidariamente um problema social. A prevenção dos conflitos não interessa exclusivamente aos poderes públicos, ao sistema legal, senão a todos, à comunidade inteira.

O verdadeiro programa da prevenção primária busca a raiz do conflito, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste. É através

de uma socialização proveitosa de acordo com os objetivos sociais que há de se resolver as situações carenciais criminógenas ou conflituais.

Educação e socialização, casa, trabalho, bem estar social e qualidade de vida são os âmbitos essenciais para uma prevenção primária, que opera sempre a longo e médio prazos e se dirige a todos os cidadãos.

As exigências de prevenção primária correspondem a estratégias de política cultural, econômica e social, cujo objetivo é dotar os cidadãos de capacidade social para superar da forma menos traumática possível os conflitos provocados por fatores tradicionais e outros decorrentes da globalização e do vertiginoso avanço tecnológico.

O certo é que a maior parte da criminalidade que uma sociedade padece tem suas raízes em conflitos profundos da sociedade mesma: situações carências básicas, desigualdades intoleráveis, conflitos não resolvidos, como por exemplo, a questão agrária no Brasil.

A maioria dos países, inclusive o Brasil, tem uma invencível dificuldade para levar adiante um proveitoso programa de orientação político-social que assegure uma sociedade mais justa, que os cidadãos tenham um acesso efetivo a cotas satisfatórias de bem estar e qualidade de vida, em seus diversos âmbitos: saúde, educação, trabalho, cultura, moradia, lazer etc. E como não se consegue implementar efetivamente um adequado programa político-social, o índice de criminalidade cresce e amplia-se cada vez mais a conflitividade.

Esforços solidários de governo e povo, convergindo para uma real assistência aos menores carentes, inclusive às suas famílias; orientação ocupacional aos excluídos; a fixação dos ruralistas no campo, evitando as migrações do interior para as cidades e a urbanização das favelas, impedindo o desenvolvimento das zonas de deterioração social.

O fenômeno da globalização, que é sem dúvida o mais

marcante do mundo contemporâneo, decorrente principalmente do desenvolvimento das comunicações e da informática, extrapola a criação de um mercado unificado para uma preocupação com determinados interesses coletivos da humanidade, como a proteção dos direitos humanos, a preservação do meio-ambiente, o combate ao crime organizado, em especial ao narcotráfico, o controle sobre a proliferação das armas nucleares, etc. Essas questões geram, contudo, tensões entre os países que têm pontos de vista divergentes sobre os referidos temas, surgindo constantes confrontações que repercutem na desestabilização dos indivíduos e da comunidade. A tecnologia avançada, por exemplo, é uma das maiores causas do desemprego dos nossos dias, tensão que nos próximos anos tende a aumentar.

Enquanto as grandes potências demonstram a intenção de intervir nos países subdesenvolvidos, estando essas ameaças relacionadas com a produção de drogas e a existência de centros para a lavagem de dinheiro proveniente do tráfico, bem como pela destruição das florestas tropicais e por serem celeiros de imigrações ilegais, os países não desenvolvidos sentem-se tolhidos em sua expansão, como vem ocorrendo em relação aos países do Mercosul, que vêm sendo sufocados pela contenção exercida pelos desenvolvidos, inviabilizando as potencialidades de crescimento daqueles.

A proteção em relação aos conflitos é, sem dúvida, uma responsabilidade universal, que transcende os limites de nacionalidade, comunidades, raça e ideologia. Em razão dessa preocupação é que existem as entidades especializadas, sobretudo, na proteção aos direitos humanos, como por exemplo a Anistia Internacional, que conta com mais de 750.000 membros, que participam dessa luta em mais de 150 países. É um movimento mundial, independente de qualquer governo, ideologia, interesse econômico, desempenhando um papel específico em defesa dos direitos humanos, visando à libertação de pessoas detidas por suas

convicções, à erradicação da pena de morte e da tortura.

A temática “direitos humanos” engloba um elevado número de perspectivas e daí as diversificações das instituições protetoras desses direitos violados nos diversos tipos de conflitos: políticos, religiosos, raciais etc.

A Cruz Vermelha, a *Human Rights Watch American* e a UNICEF agem em áreas específicas. Alguns órgãos não são vinculados à ONU, outros sim, como é o caso da UNICEF, que tem significativo desempenho na melhoria das condições de vida das crianças e jovens, priorizando os cuidados com a saúde, nutrição, saneamento, educação, capacitação a serviços sociais, apoiando programas nestas áreas, contribuindo para reduzir a mortalidade infantil nos países carentes.

No Brasil, a *Human Rights*, em seus relatórios, tem denunciado a violação dos direitos humanos por policiais contra civis. Os principais casos, na dicção de **Nildo Nery dos Santos**, foram:

a) Massacre na Fazenda Sta Elmira.

Dia 09 de março de 1989, aproximadamente 500 famílias ocuparam a Fazenda Santa Elmira, no município de Salto de Jacuí, no Rio Grande do Sul. Teriam sido reprimidos violentamente pela Polícia Militar e pela UDR.

Segundo se noticiou, o primeiro ataque foi aéreo. Aviões com prefixos camuflados teriam jogado bombas de gás lacrimogêneo nos sem-terra. O gás não teria surtido muito efeito, devido ao conhecimento dos agricultores sobre as técnicas de defesa contra o gás. Depois, soldados e civis, ao verem os sem-terra firmes, teriam começado a atirar. As armas de resistência utilizadas pelos sem-terra, como sempre, foram enxadas, foices, lanças, facões, pedras e pedaços de pau, contra tiros de fuzil, rajadas de metralhadoras e mais bombas de gás lacrimogêneo dos

repressores.

Além da violência, o que teria chocado foi a covardia do massacre. Mesmo após os sem-terra terem se entregado, a pancadaria teria continuado. Batiam em homens, mulheres e crianças, segundo relato do Frei Sérgio A. Gorgen, testemunha e participante da ocupação.

b) Carandiru.

No dia 02 de outubro de 1992, aconteceu uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. A tropa de choque da Polícia Militar invadiu o presídio e teria assassinado 111 presos indistintamente. O então governador de São Paulo teria retardado a informação sobre o número de mortos por mais de 24 horas, pois no sábado, 3, era dia de eleição. Quatro anos e 15 dias depois da chacina, a 8ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo responsabilizou civilmente o Estado pelo massacre, a pagar indenização de 100 salários mínimos aos parentes de cada vítima. O Estado teria violado básicos direitos humanos dos detentos e coube à Justiça reconhecer a arbitrariedade.

c) Candelária.

Sete crianças e jovens, entre 11 e 22 anos, foram assassinados na madrugada de 23 de julho/93, nas imediações da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Seis homens, identificados depois como policiais militares, foram apontados como os assassinos desses “meninos de rua”, que, privados de um teto, dormiam sob a marquise da Igreja.

Alguns policiais foram condenados à prisão e os outros continuam em liberdade. E o drama se repete, vez por outra, com crianças brasileiras sendo freqüentemente assassinadas em condições parecidas.

d) Vigário Geral.

Foram 60 minutos de tiros, pancadaria, massacre. Na rua, no bar, em casa. O saldo: vinte trabalhadores e uma estudante, às vésperas de completar 16 anos. Esse é o relato do massacre contra inocentes, cometido por policiais militares do Rio de Janeiro, na Favela de Vigário Geral, no dia 30 de agosto de 1993. O motivo de tanta ira foi a vingança contra traficantes, que teriam assassinado quatro PM's (policiais militares).

Antes, os policiais teriam sido interceptados numa blitz de trânsito, quando informaram que iriam fazer uma "quebradeira" em Vigário Geral. Mesmo assim foram liberados pelos colegas.

Nenhum dos 21 mortos teria tido a chance de defender-se. Uma menina de 09 anos escapou da morte, ao pular de um muro de dois metros com sua prima, recém-nascida de apenas 15 dias.

Foram reconhecidos 33 policiais: 28 PM's, três detetives e dois funcionários da Polícia Civil.

e) Eldorado de Carajás.

No final de tarde do dia 17 de abril de 1996, policiais militares de Parauapebas e do batalhão de Marabá, sob as ordens do comandante da PM, com tiros e rajadas de metralhadora, mataram dezenove trabalhadores sem-terra, que bloqueavam o km 100 da rodovia PA-150, que liga Marabá a Carajás.

Os sem-terra reivindicavam assentamento na Fazenda Macaxeira, em Curinópolis, que teria 43 mil hectares de terras ociosas, a três quilômetros do povoado de Eldorado dos Carajás.

O processo penal para apuração de responsabilidades está ainda em curso.

10. A proteção dos direitos humanos no sistema



interamericano e no Brasil.

Como assinala **Antônio Augusto Cançado Trindade**, “os desenvolvimentos que hoje têm lugar no sistema interamericano de proteção são semelhantes aos do sistema europeu de proteção na última década” (*Os direitos humanos e o direito internacional*, cap. 1, nº 2, pág. 15, Renovar).

A “Convenção Americana Sobre Direitos Humanos” (*Pacto de San José da Costa Rica*), de 22.11.1969, a qual aderiu o Brasil pelo Decreto 678, de 6.11.1992, contempla como órgãos essenciais ao sistema, para conhecer dos assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-Partes:

- a) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- b) a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Constituição brasileira de 1988 prevê como instrumentos de garantia dos direitos humanos, para solução de conflitos, instrumentos processuais como o *habeas corpus*, o mandado de segurança, individual e coletivo, o mandado de injunção, o *habeas data*, a ação popular e a ação civil pública.

Antes da Constituição de 1988, a maioria dos conflitos era resolvida fora do Judiciário. Após a referida Constituição, o Judiciário passou a ser mais acionado na solução dos conflitos individuais e coletivos, passando a atuar como verdadeiro Poder estatal e guardião da sociedade.

11. A prevenção de conflitos. O Voluntariado e o Judiciário.

Além das tradicionais fontes de conflitos, também a globalização pode desestabilizar os indivíduos e as comunidades: a

evolução rápida da tecnologia, a alta movimentação do capital, os movimentos migratórios, a retirada do Estado das tradicionais áreas de apoio governamental e todas as fontes potenciais de insegurança e tensão que podem levar à escalada em direção ao conflito aberto.

Além de apoiar a reabilitação de países que estão emergindo da crise, o que mais podem os Voluntários, inclusive os da ONU, fazer em parceria com as comunidades locais e outros agentes para se antecipar e prevenir o conflito?

Cabe ao Judiciário a função estatal de solucionar os conflitos. A contemporaneidade, que trouxe o aprofundamento conflitual, também está a ensejar o repensar do papel tradicional reservado ao juiz. Ele não é só um agente *a posteriori*, incumbido pelo sistema de conferir solução à controvérsia, mas tem sido chamado a atuar *a priori*, antecipando-se ao próprio surgimento dela.

É por isso que o novo processo tem insistido na conciliação – solução eticamente superior – pois autônoma (exige a participação concreta dos envolvidos, que chegam à solução mediante exercício de sua vontade) – mais que a decisão - eticamente inferior, - pois heterônoma (é sempre a solução ditada, imposta pelo Estado-juiz).

O Judiciário, no próximo século, cada vez mais estará presente na sociedade, dela participando não só nas soluções de litígios e na efetivação das garantias constitucionalmente asseguradas, atento aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum, como também como autêntico Poder moderador. O juiz, nesse contexto, será o pacificador. Não mais chamado a intervir apenas *post-factum*, mas atuante também *ante-factum*, como inspirador de condutas propícias à redução, no sentido utópico da verdadeira eliminação do conflito.

Quanto ao Voluntariado, da mesma forma como nos itens

anteriores, poderá auxiliar o desenvolvimento de técnicas de conciliação, servir como conciliador junto aos juizados informais, disseminar a conscientização de que o melhor conflito é aquele que não se institucionaliza e que é abortado antes de ser concebido.